

Confundi empresa de peixes com submarino nuclear, e foi contratado.

Página 2



Álcool brasileiro ganha status internacional e pode até amenizar efeito estufa

Quando o Governo brasileiro criou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) em 1975, não imaginava o que aconteceria 32 anos depois. O etanol, mais conhecido por aqui como álcool, alcança a posição de combustível potencialmente global, teoricamente capaz de amenizar a escassez do petróleo e o efeito estufa,

dois males que assombam o século 21. Nem o mais visionário dos analistas diria que o Brasil pode tornar-se a Arábia Saudita do combustível do futuro, como exagera o governo. De uma hora para outra, nos tornamos a meca da produção mundial de energia renovável, o que tem atraído interesse de investidores estrangeiros para o setor. O assunto invadiu páginas de jornais, revistas e sites de notícias. Foi exaustivamente explorado nos noticiários das tevês, após o presidente americano George W. Bush abraçar a causa no início do ano, quando pediu aos americanos um corte de 20% no consumo de gasolina para a próxima década e a sua substituição por etanol e outros biocombustíveis.

» PÁGINA 6

Com PAC, governo privilegia infra-estrutura e quer duplicar índices de crescimento do país



Após acumular 5,4% no desenvolvimento econômico de 2005 e 2006 (2,5% e 2,9%, respectivamente), um dos piores desempenhos da América Latina nos últimos anos, o Governo Lula tenta, por meio do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fazer a economia do país saltar para 4,5% este ano, e para outros 5% entre 2008 e 2010. Para nós, é um número razoável, mas está bem distante dos resultados apresentados por outros países. O Brasil amargou a pior posição entre os Brics em 2006, atrás da China, com crescimento de 10,7%, Rússia (6,7%) e Índia, que deve alcançar 9,2%. Há dúvidas se o Brasil deve perseguir os índices econômicos alardeados por esses países, cuja economia andou estagnada durante décadas, diferentemente do que se registrou aqui, de crescimento em patamares anuais menores do que 4%, porém constantes. Mas, há, principalmente desconfiança do empresariado representado pela Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base (ABDIB) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). O PAC é considerado oportunista e tardio palanque político. Contrapõe-se essa classificação ao "espetáculo do crescimento" alardeado na primeira gestão do atual governo, que acabou não ocorrendo, levando a crer que poderemos repetir o quadro de promessas não cumpridas.

» PÁGINAS 3 e 4

Seguradoras têm novas alternativas no resseguro de obras de grande porte

Quando existe o risco de perdas milionárias, como na construção de uma plataforma de petróleo, em obras públicas de grande porte como o Metrô de São Paulo, as seguradoras cobrem perdas até certo limite. Transferem grande parte do risco para empresas de resseguro – isto é, empresas que fazem o seguro do seguro. No Brasil, entre janeiro e outubro do ano passado, a venda de seguros de risco de engenharia cresceu 17%, sendo que a maioria dos contratos desta modalidade foi para área de infra-estrutura. Neste ano um novo cenário desenha-se a partir da quebra da exclusividade do IRB-Brasil (antigo Instituto de Resseguros do Brasil). Agora entram em cena resseguradoras internacionais, trazendo para as seguradoras nacionais novas alternativas. O mercado deve aquecer também porque o governo anuncia que vai financiar grandes obras com os recursos destinados ao PAC.

» PÁGINA 5

Um engenheiro bem multifuncional



FOTO DIGITAL/ARQUIVO PESSOAL

Ao responder a um anúncio em busca de engenheiro civil nos classificados de emprego de um jornal de São Paulo, o paulistano Luis Antonio Marcon Pires não imaginava que tempos depois estaria envolvido no mais ambicioso projeto da marinha brasileira: o desenvolvimento de um submarino nuclear. Era 1990 e ele, que completava 12 anos de formatura pela Escola de Engenharia Mauá, prestava serviços para a Ductor, empresa para a qual voltaria seis anos mais tarde.

"A vaga anunciada não revelava o nome da empresa. Quando recebi o telefonema e disseram que meu currículo havia sido selecionado para uma entrevista na Copesp, perguntei se era para vender peixe", relata Pires. Ele havia confundido a Coordenadoria de Projetos Especiais da Marinha (Copesp), hoje Centro Tecnológico da Marinha de São Paulo (CTMSP), com alguma companhia pesqueira.

Sem saber o que o aguardava, Pires foi à entrevista na Cidade Universitária em São Paulo, onde foi recebido por um Comandante da Marinha no CTMSP. "Fui contratado para atuar no gerenciamento de projetos civis para instalação de bases nucleares na cidade de Aramar, região de Sorocaba, onde seria desenvolvido o protótipo de um submarino nuclear. Pelo seu diferencial, a construção de uma base nuclear precisa de um reforço na sua estrutura capaz de suportar todos os tipos de abalos sísmicos", explica o engenheiro que permaneceu quatro anos na Marinha.

O projeto ainda não emergiu. Em comunicado à imprensa em novembro do ano passado, a Marinha

comunicou que adiou por prazo indeterminado a construção de um submarino movido a energia nuclear.

Após essa experiência, Pires foi trabalhar na multinacional PepsiCo, dona da linha de produtos Pepsi e Elma Chippis. Assumiu o cargo de gerente de obras de lojas de fast-food, como a KFC, famosa por seus frangos fritos, e a Pizza Hut. "Sai da Marinha para fritar frango", brinca o

engenheiro com a mudança radical no segmento profissional. "O grupo PepsiCo, naquela época, tinha a maior rede de *fast-food* do mundo com 22 mil restaurantes. O McDonalds era a segunda, com 14 mil".

A nova função garantiu viagens a países da América Latina onde a companhia possuía lojas. Foi em 1996 que a Ductor retornou à sua vida. Coincidentemente, é convidado a voltar à empresa pelas mãos do amigo, Amilton Degani, que indicou para ocupar seu lugar na primeira passagem pela empresa. Além de gerenciar o contrato de habitação, Pires também atua em um contrato desta área no Uruguai, dividindo responsabilidades com uma empresa local.

Com toda essa bagagem multifuncional, o engenheiro ainda encontra tempo e disposição para o esporte. Nos idos de 1997, inicia sua trajetória de atleta, quando começou a desenvolver aptidão para corridas de rua. Também nutriu uma paixão pelo futebol, porém lesões frequentes o afastaram dos gramados. Seu gosto pelas atividades físicas o levou a conhecer uma turma de corredores de rua, vizinhos à sua casa, e passou acompanhá-los.

"No início, desempenho sofrível. Depois, com condicionamento físico apurado, corro algumas meias-maratonas (percurso de 22 km). Participo de maratonas de revezamento e meia-maratona ao longo do ano", diz. "A corrida foi uma aliada para parar de fumar, pois sem ela não conseguiria largar o vício", completa.

Ductor por aí

- **Esgoto quase total na Baixada Santista** - O governador José Serra assinou dia 5 de março, em Santos, contratos com as empreiteiras que compõem o Consórcio GBS, e que permitem o início imediato das obras do Programa de Recuperação Ambiental da Baixada Santista. A solenidade foi realizada na Unidade de Negócios da Sabesp e reuniu prefeitos da região, deputados e autoridades do Japan Bank for International Cooperation (JBIC) e do governo japonês. Com orçamento de R\$ 1,2 bilhão, o programa pretende aumentar de 53% para 95% o índice de atendimento à população com rede de esgoto tratado na Região Metropolitana da Baixada Santista. Após a solenidade, houve almoço de confraternização. A Ductor é a empresa líder do consórcio e esteve representada pelo diretor Álvaro Rossetto.

- **Coleta ajuda preservação** - A Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Reaproveitáveis (COOPAMARE) retirou em março o primeiro lote de papéis destinados à reciclagem resultante dos trabalhos implementados no Sistema de Gestão Ambiental. Foram 484 quilos de papel sulfite, 104 quilos de revistas e 30 quilos de papelão, que foram acondicionados pelo Centro de Informações Técnicas (CIT) da Ductor, durante um período de aproximadamente de seis meses. Vale registrar os esforços de todos os colaboradores envolvidos com o compromisso de consumo racional de papel no desenvolvimento de suas atividades.

- **Curso em Carajás** - A Ductor realizou em janeiro no contrato Carajás o curso *Metodologia Ductor de Gerenciamento*, que abrangeu todos os conceitos das áreas preconizados pelo PMBOK acumulando uma carga horária de 20 horas. Pelo resultado das avaliações feitas ao final do curso, as aulas ministradas pelos engenheiros José Carlos Vaz e Paulo Warschauer atingiram aos objetivos planejados.

DUCTOR

Vox Ductor é uma publicação da
DUCTOR Implantação de Projetos S.A.
 Av. Queiroz Filho, 767 - CEP 05319-000 -
 São Paulo - SP Tel.: (11) 3024-4800 -
 Fax: (11) 3024-4810 Site: www.ductor.com.br
 E-mail: ductor@ductor.com.br

Textos & Ideias Consultoria e Comunicação:
Antônio Mafra - MTb 11.762 (jornalista responsável e editor) e **José Carlos Nascimento** (repórter e redator)

Projeto Gráfico e editoração: **Juca Zaramello**
 Fotolitos: **Destaque** - Impressão: **Indusplan**





Governo deposita no PAC esperanças de crescimento econômico com benefício

➤ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado pelo governo no início do ano prevê investimentos de R\$ 504 bilhões até 2010, destinados principalmente para o setor de infra-estrutura. Para 2007, o orçamento federal prevê R\$ 76 bilhões em investimentos públicos, sendo R\$ 47 bilhões de responsabilidade das empresas estatais e outros R\$ 26 bilhões de aplicação do governo. Alguns projetos já foram selecionados pelo Planalto, priorizando rodovias, hidrovias, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento e recursos hídricos.

O PAC é visto com ressalvas em setores que se beneficiarão das suas metas. O presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base (ABDIB), Paulo Godoy, julga que se o PAC for posto em prática eficientemente, diminuirá gargalos que bloqueiam nosso crescimento. "Os investimentos agora têm nome, sobrenome e endereço", afirmou Godoy. "O conjunto de obras listadas pode fazer uma diferença enorme ao desenvolvimento do país se ele realmente for implementado e levado adiante com eficiência. Vamos acompanhar e cobrar", disse.

"Tínhamos uma expectativa maior em relação ao PAC, que acabou ficando mais para uma apresentação de intenções do que um rol de medidas e indicações efetivas, cujo andamento está mais para o genérico do que ao objetivo", declara, igualmente cauteloso, o presidente do Conselho Regional de Economia 2ª Região de São Paulo, Wilson Roberto Villa Boas Antunes. "Ficou mais como um projeto de idéias do segundo mandato do presidente Lula do que propriamente um plano efetivo de aceleração do crescimento do país", complementa. Para Antunes, o lado positivo é que pela primeira vez no atual governo um plano foi colocado em discussão, o que permitirá o acompanhamento de todos e a respectiva cobrança de sua eficiência pela sociedade.

O PAC será dividido em cinco partes: medidas de infra-estrutura (inclusive infra-estrutura social, como habitação, saneamento e trans-

portes de massa), estímulo ao crédito, desenvolvimento institucional, desoneração e medidas fiscais de longo prazo. Mas o empresariado o vê como uma grande incógnita e espera que o Governo tome a iniciativa e mostre que o programa é pra valer. "Vamos monitorar o

cronograma para que as medidas realmente acabem acontecendo", diz Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). "Se não acontecer, vamos pressionar".

Lula pretende que as medidas sejam implementadas de forma gradativa. Resta saber se o PAC não é uma nova versão do 'crescimento espetacular' prometido pelo presidente assim que assumiu e que ficou marcado por ser mais uma estratégia de marketing que não se materializou.

A meta do programa é audaciosa, pois se pretende obter um crescimento econômico de 4,5% nos próximos nove meses, e 5% ao ano entre 2008 e 2010. Nas duas últimas décadas, a média de crescimento brasileiro ficou entre 2% e 2,5%. Para mudar estes números e alavancar a economia, o Governo selecionou alguns projetos para investir, todos no campo da infra-estrutura.

No decorrer dos próximos quatro anos, haverá a construção, adequação, duplicação e recuperação de 42 mil quilômetros de estradas, 2,5 mil quilômetros de ferrovias, bem como a ampliação e melhoria de 12 portos e 20 aeroportos (veja edições recentes do *Vox Ductor*). Hoje esses setores vivem uma grave crise, que afeta diversas áreas da economia, visto que são os nossos principais meios de transportes.

Espera-se, também, gerar 12.386 megawatts de energia elétrica adicional por meio de 79 obras no setor, além da construção de 13,8 mil quilômetros de linhas de transmissão. Também estão previstas a construção de 4,5 mil quilômetros de gasodutos e a instalação de 46 novas usinas de produção de biodiesel e de 77 usinas de etanol.

Os projetos de maior impacto vão consumir R\$ 180,5 bilhões dos R\$ 503 bilhões que se pretende gastar nos quatro anos do segundo mandato de Lula. A região Sudeste foi contemplada com R\$ 130,5 bilhões. Para



DIVULGAÇÃO: OIBERREHT



DIVULGAÇÃO: DUCTOR



DIVULGAÇÃO: INIT

Além de construir estradas e pontes para escoamento da produção, planos do governo contemplam aspectos sociais como levar eletricidade, saneamento, água potável e metrô para milhões de pessoas e tornar possível a aquisição da casa própria, sonho das famílias.

ios sociais

o Nordeste vão R\$ 80,4 bilhões. Foram reservados para a região Norte R\$ 50,9 bilhões e para o Sul, R\$ 37,5 bilhões. O Centro-Oeste fica com o restante: R\$ 24,1 bilhões.

A infra-estrutura social também será contemplada pelos investimentos. No pacote de objetivos do PAC consta que 4,6 milhões de famílias vão ter a oportunidade de adquirir a sonhada casa própria, a eletricidade chegará para mais de 5,2 milhões de pessoas e o saneamento básico atenderá 22,5 milhões de domicílios, além de abastecer com água potável 23,9 milhões de pessoas. O plano prevê também atingir, por ano, 609 milhões de passageiros em metrô.

Para apagar a imagem negativa com o resultado

da expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de apenas 2,9% em 2006, o Governo conta com a construção civil e com o etanol (ver página 6), tema em evidência no momento, e prevê um crescimento robusto em 2007. A equipe econômica espera que estes dois setores dêem um impulso nos investimentos por causa do PAC. Acredita que a taxa de 4,5% prevista no programa será alcançada. Mas o mercado vai no caminho pessimista: projeta 3,5% segundo pesquisa do Banco Central com mais de 100 instituições financeiras.

Não é essa a visão do Sinduscon, sindicato que reúne as principais construtoras e que estima um aumento de 12% no emprego da construção civil no país.

Trata-se do maior percentual registrado nos últimos dez anos. Se ocorrer, acarretará a contratação de cerca de 180 mil trabalhadores em 2007. Antes do PAC, a entidade previa crescimento de 4,9% para o PIB da construção civil neste ano e não tinha previsão para emprego. Agora, a expectativa do sindicato é de um aumento de 6% para o PIB do setor neste ano.

O incremento do PIB e do emprego na área se deve aos investimentos previstos em infra-estrutura e edificações. João Claudio Robusti, presidente do Sinduscon, diz que torce para que o governo consiga elevar a taxa de investimento na economia brasileira para 22% sobre o PIB neste ano. Atualmente, esse número é da ordem de 20%.

Recursos do FGTS irão para obras de infra-estrutura

Com um patrimônio líquido total de cerca de R\$ 20 bilhões, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é considerado uma das maiores conquistas do trabalhador brasileiro. Criado há 40 anos, seus recursos vão além do objetivo de indenizar o trabalhador pela perda do emprego: é também utilizado como agente financiador do sistema habitacional. Em 2006, R\$ 6,8 bilhões foram destinados para este fim. Com esse e outros recursos, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) injetou no mercado imobiliário R\$ 16,3 bilhões, o valor mais elevado dos últimos 20 anos.

Com o advento do PAC, o Governo cria mais uma função para o fundo: financiar obras de infra-estrutura. A idéia é utilizar R\$ 5 bilhões do FGTS, o que pode elevar de R\$ 3 bilhões para R\$ 8 bilhões o total de recursos disponíveis em fundos de investimentos dedicados ao setor.



DIVULGAÇÃO: TEXTOS & IMAGENS

Silva Santos, acredita que o risco para o trabalhador valerá a pena se houver um acompanhamento detalhado dos projetos e a exigência de que as empresas financiadas gerem emprego, dêem participação ao trabalhador nas decisões de investimento e respeitem as negociações sindicais.

A Força Sindical posicionou-se contra. Seu presidente, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, até fez uma consulta ao Supremo Tribunal Federal (STF) a

A medida também trará alteração para o trabalhador, visto que promete melhorar o rendimento de quem tem dinheiro na conta, corrigida em 3% ao ano. Toda essa movimentação trouxe divergências entre as duas maiores centrais sindicais do país, que discutem o uso do FGTS para esta finalidade. A CUT apóia e a Força Sindical é contra.

Em apoio, o presidente da CUT, Artur Henrique da

respeito da legalidade dessa aplicação. Mas ao obter do presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Marcelo Trindade, garantias de que o dinheiro proveniente do FGTS que for investido em fundos de ações obtenha o rendimento mínimo de 3%, mais a variação da Taxa Referencial (TR), ele pediu ao STF que não se pronuncie sobre a consulta.

Lei e situação de países emergentes aquecem mercado do resseguro

» A questão do seguro das grandes obras entrou no noticiário nos últimos meses em consequência do acidente da Linha 4 da Companhia do Metropolitano de São Paulo e reforçou o foco no mercado de resseguros. Outro acidente semelhante, porém bem distante de nossas ruas – o desabamento na obra do metrô de Pequim, ocorrido dia 30 de março e que oficialmente matou seis operários soterrados – ampliou o número de razões para o debate sobre o assunto (ver box).

No Brasil, o resseguro era até hoje monopólio do o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), renomeado para IRB-Brasil Resseguros, uma sociedade de economia mista controlada pelo governo brasileiro e que arrecada cerca de US\$ 3 bilhões em contratos por ano. Mas o cenário mudou. A partir de janeiro deste ano, entrou em vigor a lei 126, aprovada pelo Congresso Nacional, que autorizou a abertura do mercado de resseguro brasileiro. O processo de entrada das estrangeiras será gradual pois, nos primeiros três anos, 60% dos contratos estarão nas mãos das resseguradoras nacionais.

A iniciativa ganhou aprovação de especialistas do segmento. O presidente da Federação Nacional de Seguradoras, João Elísio Ferraz, disse que a concorrência e a entrada de empresas estrangeiras devem baixar o preço dos seguros, e também aumentar a criatividade do setor – que poderá, segundo ele, oferecer novos tipos de produtos para a população e para as empresas.

Dado seu objetivo principal, que é o de pulverizar os riscos vultosos e catastróficos, o resseguro sempre teve caráter internacional. Permite que uma seguradora divida sinistros consideráveis com outras resseguradoras mundiais.

É comum as seguradoras que subscrevem um único risco vultoso, como a construção de um prédio comercial, por exemplo, cederem resseguro, a fim de se protegerem no caso de um sinistro. Foi o caso do Consórcio Via Amarela responsável pelas obras da linha 4 do metrô de São Paulo. O grupo contratou seguro de responsabilidade civil e de engenharia no valor de R\$ 1,3 bilhão. Deste montante, R\$ 20 milhões foram reservados para indenizar as famílias atingidas pelo desastre na obra. O consórcio tem apólice com o Unibanco-AIG, juntamente com o IRB e um grupo de resseguradoras estrangeiras, que juntas arcam com os prejuízos do acidente.



DIVULGAÇÃO ODEBRECHT

É um risco compartilhado. O Unibanco-AIG passou uma parcela ao IRB. Este, por sua vez, repassou parte a um grupo de resseguradoras estrangeiras. Na prática, a maior parte do valor para indenizações virá das firmas de outros países.

No caso do contrato de responsabilidade civil há a cobertura para atendimento médico-hospitalar, lesões corporais e morte, bem como reconstrução ou reparação dos imóveis danificados ou destruídos, reparo ou reposição de bens móveis, como veículos, mobiliários e utensílios danificados. Consta ainda do contrato a hospedagem e aluguéis temporários caso não

seja possível o acesso das vítimas às suas moradias. De acordo com especialistas, a importância dos mercados emergentes (Sudeste Asiático e América Latina) no segmento de resseguro tende a aumentar nos próximos anos devido à contínua taxa positiva de expansão do mercado securitário. A tendência é que essa atividade atraia grandes corporações mundiais.

Aqui, a ampliação e construção de novas fábricas - tanto por parte de investidores estrangeiros quanto nacionais - e as inúmeras obras federais e estaduais anunciadas atreladas ao PAC elevarão os negócios de seguros contra riscos

operacionais e nomeados. A diferença entre os dois é que o primeiro especifica todos os riscos cobertos e tem um custo mais baixo. O segundo diz apenas o que não é coberto.

Os grandes investimentos em obras de infraestrutura como hidroelétricas, plataformas petrolíferas e outras obras de grande porte utilizam esse tipo de seguro. Em 2005, o mercado movimentou pouco mais de R\$ 1 bilhão em seguros de grandes riscos. Se a promessa das parcerias público privadas, as PPPs, se tornar realidade, nos próximos anos o crescimento será ainda maior.

Metrô faz acordo e paga indenização

A competitividade acirrada torna o seguro uma obrigação e também uma questão de sobrevivência para negócios e obras de qualquer porte e setor. Foi por obrigação e por precaução que o Consórcio Via Amarela – integrado pelas empresas Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez –, responsável pelas obras da Linha 4 (Amarela) do Metrô de São Paulo, tinha um seguro contratado do Unibanco-AIG. Segundo comunicado oficial, trata-se de um seguro do tipo “all risks”, que cobre todos os riscos de engenharia, inclusive os naturais, falhas de execução e erros de projeto. As únicas exceções referem-se aos sinistros ocasionados por atos de guerra, terrorismo e ataque nuclear.

Até o final de março, a continuidade das obras da Linha 4 continuava dependente dos laudos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo, mas, aos poucos, respaldada pelo

seguro, a empresa vai fechando acordos com os familiares das vítimas e dos proprietários de imóveis interditados por causa do desabamento na Estação Pinheiros, da mesma linha. A Defensoria Pública do Estado é o órgão responsável por defender e fechar os acordos em nome de 30 famílias desalojadas pelo acidente.

Embora com situações condenáveis, como esconder o acidente, encaminhar os serviços de resgate ao local doze horas depois do ocorrido e impedir que empregados se comunicassem sobre o fato, Pequim viverá situação parecida, e companhias de resseguros deverão entrar em cena. O acidente ocorrido dia 30 nas obras do metrô da capital chinesa conduzida pela China Railway 12th Bureau Group Co. gerou um buraco com 20 metros de largura e 11 de profundidade. O local fazia parte do canteiro de obras da linha que vai atender as Olimpíadas.

Brasil atrai investidores e pode ser maior exportador mundial

» O fato de o Brasil ser aclamado como detentor das maiores fontes de energia renovável do mundo deslumbra o Governo. “Vamos ser a maior potência energética do século XXI”, disse o presidente Lula na inauguração de uma usina de biodiesel no Ceará, em fevereiro. O despertar mundial pelo assunto coloca o país à frente na corrida da energia alternativa. Seu entusiasmo logo encontrou contraponto: “Ele tem que lembrar que os Estados Unidos, surpreendentemente, já empatam com o Brasil na fabricação de álcool. A diferença fica por conta da matéria-prima: lá se utiliza o milho na fermentação, aqui cabe à cana-de-açúcar fornecer o caldo”, diz Xico Graziano, secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. “Nossa vantagem é que a cana exige condição tropical para vegetar o ano inteiro, impossível no Hemisfério Norte, onde o solo fica gelado no inverno”, complementa.

Brasil e Estados Unidos são responsáveis por 72% de todo o álcool combustível produzido no planeta, suficiente para levar a um quase monopólio dos dois países. Alguns entusiastas desta condição acreditavam que o encontro entre Bush e Lula daria origem a uma Opep do etanol, nos mesmos moldes do cartel de produtores de petróleo formado nos anos 70.

A questão é que não existem excedentes significativos para exportação. Toda nossa produção é para consumo interno. Para uma expansão seria necessário encontrar compradores para o etanol. “O Brasil pode ter uma importante posição nesse cenário, o que implicará em mais que decuplicar a sua produção de etanol”, analisa o consultor Jorge Hori.



O diretor associado da Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp, professor Paulo Graziano Magalhães, compartilha da opinião de Hori: “Para suprir a demanda mundial será necessário produzir 120 bilhões de litros de álcool por ano. O Brasil deve produzir parte desse volume e isso exigirá um acréscimo da área produtiva”, diz.

Magalhães explica que hoje, com sete milhões de hectares produzimos 400 milhões de toneladas de cana, o que gera 15 bilhões de litros de álcool. Para atingir a produção mundial atual, de 42 bilhões de litros, será realmente necessário dobrar ou triplicar a área de plantio. “Se triplicarmos, ainda assim, será uma área menor do que a utilizada para o plantio de soja no Brasil. Isso sem danificar áreas de conservação ambiental como aquelas situadas no Pantanal, na Amazônia e na Mata Atlântica”, acrescenta o professor.

O plantio de cana-de-açúcar no Brasil ocupa cerca de sete milhões de hectares. 55% dessa área estão concentrados no estado de São Paulo. Cada hectare de cana plantada no país produz 6,8 mil litros de álcool. Nos Estados Unidos, hoje o maior produtor mundial de etanol, cada hectare da cultura gera 3,2 mil litros de álcool, bem abaixo da metade do rendimento brasileiro.

O preço da produção nacional, resultante de um processo ecologicamente mais equilibrado, é igualmente imbatível. O nosso custa cerca de 20 centavos de dólar o litro; o norte-americano 47 centavos e 32 centavos o álcool de cana produzido na Austrália. Mesmo com todas essas vantagens, o Brasil encontra obstáculos tarifário e vê reduzida sua competitividade nos EUA.

Em sua visita ao país, Bush assinou um acordo de cooperação tecnológica para a produção do etanol, mas negou a reivindicação do presidente Lula para redução da tarifa norte-americana de importação do biocombustível brasileiro. “Seremos competitivos mesmo com a barreira tarifária”, disse a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, em evento com empresários mineiros. Ela admitiu que ainda precisamos estabelecer uma estratégia mais agressiva em relação ao álcool. “Nenhum país atualmente tem capacidade de competir com nossa produção de álcool de cana”.



Produção nacional: processo ecologicamente equilibrado resulta em preço imbatível.

O etanol entrou na agenda de governantes, de empresas de tecnologia e de investidores. Bill Gates, fundador da Microsoft, por exemplo, comprou 25% da Pacific Ethanol para produzir álcool de milho nos EUA. Especula-se que Gates também esteja prestes a concretizar a aquisição de uma usina de etanol no Brasil. Além dele, Larry Payer e Sergey Brin, criadores do Google, e o investidor George Soros, estão de olho nas oportunidades do agronegócio brasileiro.

Ductor já atua em usinas desde 1975

Com a globalização, o sucesso de uma empresa, principalmente no agronegócio, depende cada vez mais da inter-relação entre fornecedores. A Ductor participa do agronegócio desde sua fundação, em junho de 1975, quando atendeu a Companhia Agrícola Jacarezinho, localizada no Paraná, seu primeiro cliente. A empresa colaborou no gerenciamento das obras que permitiu a expansão da usina de açúcar. Trabalhou também, na década de 90, em sucessivas ampliações de plantas da Cia. União dos Refinadores. Em 2004, foi contratada pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (Copersucar), uma das maiores produtoras do setor no mundo, para trabalhar na implantação do Silo Graneleiro XI, que foi implantado em uma área de 9.660 m², no Terminal Açucareiro Copersucar (TAC), localizado no Porto de Santos.

O trabalho da Ductor englobou o gerenciamento e a supervisão da construção da edificação em concreto, subdividida em duas células, norte e sul e cobertura metálica, incluindo também o fornecimento e montagem de equipamentos eletromecânicos e todo o sistema de automação do silo.

“Por meio de transporte de carga vertical e horizontal, esta implantação permitiu à Copersucar ganhar maior eficiência no recebimento e na movimentação de cargas a granel entre os meios terrestres, rodoviário e ferroviário e o meio marítimo, através dos equipamentos que fazem o carregamento dos navios”, disse o coordenador do contrato na época, Paulo Haipek.

